

Marcas de identidade

Fabiele Stockmans de Nardi*

Resumo

Com base numa discussão pontual em torno do conceito de identidade, buscamos reafirmar os processos de identificação e as relações entre sujeito e língua. Marcando o papel do simbólico nesses processos, reforçamos a necessidade de pensar a identidade como essencialmente fragmentária e movente, analisando o trabalho do sujeito, em sua constituição, no sentido de construir um lugar discursivo a partir do qual possa enunciar. Retomando a noção de língua da AD, vamos olhar, então, para a escrita como um espaço privilegiado de construção de lugares sociais e discursivos, compreendendo a sintaxe como um potente observatório das pegadas deixadas pelo sujeito no dizer.

Palavras-chave: Identidade. Escrita. Tomada da palavra. Sintaxe. Ensino.

Introdução

Em seu conto “Duas palavras”, Isabel Allende narra a história de uma menina que atravessa a secura de desertos, esquecendo amores, abandonando corpos, em busca de água e vida. Pequena e sozinha, arrasta seu corpo frágil pelos caminhos até encontrar a água prometida. Quando finalmente a encontra, é numa poça, e ali, no mesmo lugar em que um homem banha seu cavalo, ela bebe o líquido precioso como quem alimenta o último fio de vida que lhe restou.

Mas é nesse novo lugar, também, que a pequena encontra um nome e reescreve sua história. Numa página de jornal arrastada pelo vento, Belisa Crepusculario, como decidiu se chamar, viu *patitas de mosca dibujadas sobre el papel*¹ e, com elas, uma nova

* Doutora em Letras – Teorias do Texto e do Discurso e professora do Departamento de Letras da Universidade de Caxias do Sul, tendo desenvolvido trabalhos relacionados, especialmente, ao ensino de língua materna e estrangeira.

Data de submissão: maio de 2008. Data de aceite: agosto de 2008.

trajetória de vida que construiria para si e um nome com o qual decidiu se vestir, como diz Allende.

Belisa decide, então, apoderar-se das palavras, conquistá-las, domesticá-las, torná-las suas. Busca nos homens e nos livros compreender a magia daquelas intrigantes *patitas de mosca* e torna-se palavra, ela mesma. Passa a oferecer seus serviços pelas feiras do país e, tal qual a personagem de Central do Brasil, lê e escreve cartas, traduzindo em palavras escritas as vidas e anseios daqueles que nunca as tiveram. Mais do que isso, Belisa identifica-se com as misteriosas *patitas de mosca* e, ao tomá-las para si, forja sua própria identidade ao dar sentido a essas marcas: tem agora um nome, palavras que são só suas e que pode dar a quem desejar, ou seja, tem um lugar social.

Certamente, o texto de Allende não se esgota nesse breve comentário, que serve, no entanto, como ponto de partida para este trabalho de que são objeto as palavras e as identidades.

Identidade: um conceito em *rasura*

A personagem de Isabel Allende encontra na palavra escrita um lugar no mundo, constrói uma identidade e, com ela, a possibilidade de dizer, e nossa tarefa aqui é justamente discutir

a noção de identidade, o que implica mover-se num terreno pantanoso, cuja exploração exige um olhar atento. Por isso, começamos pedindo ajuda a Stuart Hall (2000), para quem “a identidade é um desses conceitos que operam ‘sob rasura’”. Hall refere-se ao eterno reconstruir do conceito, que conduz a que a imagem inicialmente negativa do que é rasurado, do que não é claro, do que não se pode ver por inteiro, torne-se a própria razão de ser do conceito.

E aí vem um necessário esclarecimento: pensar em identidade é aceitar a rasura e, com ela, o recolocar-se que o estar nesse campo pressupõe. Assim como a personagem de Allende encontra em águas turvas e folhas surradas de um jornal as senhas de sua identidade, identificar-se é sempre para o sujeito um navegar entre clareza e escuridão, sem jamais se livrar totalmente delas.

Isso significa dizer que não existe uma identidade *a priori*, já estabelecida, tampouco que se possa pensar a identidade como algo que se mantém intacto durante toda a trajetória do sujeito. Ser em construção, o sujeito, segundo Woodward (2000), vive a sua subjetividade num contexto social, e é nele que a linguagem e a cultura darão sentido à experiência que esse sujeito tem de si mesmo. Ser em línguas, esse sujeito é, portanto, chamado a assumir

uma identidade (e não outra, entre as tantas possíveis), que, como construção simbólica, marca a sua diferenciação em relação ao outro, simulando, para ele, uma unidade interna que lhe permite dizer que é, quem é.

Mas não se pode esquecer nunca que identidade é movimento, é produção marcada pela historicidade (ORLANDI, 1990); é trabalho de um sujeito descentrado cuja construção implica o encontro de duas dimensões: ideológica e inconsciente. Do mesmo modo como o faz a psicanálise, segundo Elia (2004, p.15), que não trabalha com “uma pessoa humana ou um indivíduo”, a AD opera sobre um sujeito que é o seu. A consequência disso é a impossibilidade de se trabalhar com o sujeito² sem pensar a sua constituição, e mais, sem pensar a sua relação com a linguagem; sem pensar essa impossibilidade de identificação absoluta que implica um sujeito fragmentado, sujeito de sua própria construção.

O sujeito representa um lugar de dizer, a possibilidade de um dizer que se encontra pelo funcionamento da forma-sujeito, por meio da qual o sujeito do discurso simula a sua unidade. Vivemos, portanto, a ilusão do “eu”, efeito ideológico³ por meio do qual se simula essa identificação absoluta que o eu representa, uma identidade transparente (assim como vivemos a ilusão da transparência do dizer).

No entanto, apesar dessa ilusão necessária, é preciso lembrar que não há interpelação sem falhas e, sendo a identidade um processo de identificação por meio do qual se simula uma unidade para o sujeito, é também um processo marcado pela falta. Isso significa que não existe identificação absoluta,⁴ completa, imutável, mas um processo dinâmico que oscila entre identidade e divisão, um processo plural.

Como diz Elia (2004, p. 70), “o sujeito é uma suposição do significante que se impõe a nós”, é um efeito do simbólico, um trabalho da linguagem. Por isso, podemos dizer que a falta habita também o sujeito e sua identidade, sobre a qual paira o fantasma da (des)identificação. Pensar a identidade no território do discurso é concebê-la como marcada por essa ligação material entre a interpelação ideológica e o inconsciente como discurso do Outro.

O processo de identificação-interpelação marca a entrada do sujeito no simbólico, a qual é, no entanto, apagada pela sua evidência como unidade. Processo marcado pela resistência, pela falha, a identificação abre a possibilidade de que os discursos venham a se reestruturar e, com eles, a identidade construída para/pelo sujeito. A identidade é, portanto, uma construção instável, fragmentada, não-toda, que sofre as oscilações constantes do pro-

cesso discursivo; construção imaginária com aparência de totalidade, que permite ao sujeito identificar-se como o eu do discurso.

Como vimos, como sujeitos, somos chamados a assumir uma identidade, não outra, entre as tantas possíveis, e ao assumir esse lugar estamos construindo um lugar no discurso. Podemos dizer, assim, que é pela identificação que se cria a possibilidade da tomada da palavra; o estabelecimento, pelo sujeito, de um lugar no discurso a partir do qual ele se verá como tal. Esse processo, que se produz pela inscrição em traços significantes, interdiscursivos e inconscientes,⁵ representa a instauração de um elo tanto com o social quanto com o objeto do desejo do sujeito. “Quando se toma a palavra, sabemos, ‘toma-se’ um lugar que dirá respeito às relações de podemos, mas, simultaneamente, ‘toma-se’ a língua, que tem um lugar específico, uma ordem própria.” (SERRANI, 1998a, p. 247)

É, portanto, por essa identificação imaginária, pela relação do sujeito com a língua(gem), que ele forja a sua identidade, que aparece como a marca de sua diferenciação em relação ao outro, ao que lhe é exterior (e constitutivo); daí a falsa aparência de que o sujeito conquista uma unidade interna. Longe disso, o que ocorre é que ele surge como um efeito do dizer, já que os processos de identificação são

processos de linguagem, e é por meio de efeitos ideológicos e imaginários que se dá a identificação do sujeito com uma formação discursiva (FD), a qual, para ele, tornar-se-á dominante, silenciando os *outros* efeitos de sentido possíveis. Por isso termos dito em trabalho anterior que a identificação é um processo que ganha vida na relação do sujeito com a linguagem e que a identidade, como efeito desse processo, é constitutivamente incompleta, já que um novo dizer poderá ser capaz de forjar uma nova identidade.

Tomar a palavra: um trabalho de sujeitos inscritos na língua

A discussão acerca do processo que aqui chamamos de “tomada da palavra” aparece com grande destaque nos trabalhos de Serrani, em especial naqueles que se dedicam à análise das relações do sujeito com uma segunda língua. As reflexões propostas pela autora nos levam, necessariamente, à consideração de que trabalhar com um sujeito imerso em ordens significantes implica olhar para os processos de identificação como “a condição instauradora, a um só tempo, de um elo social e de um elo com o objeto do desejo do sujeito” (SERRANI, 1998a, p. 252).

Pela construção de uma identidade se estabelece um lugar de dizer, ao mesmo tempo em que se vai ao encontro de uma forma de satisfação do desejo, ou seja, o sujeito promove um encontro, ainda que provisório, com um posicionamento para si mesmo, movimento que se dá mediante o seu assujeitamento⁶ a um discurso, que passa a assumir como seu.

Entretanto, para que possa ocorrer a tomada da palavra como a propõe Serrani é fundamental que haja espaços de identificação, isto é, que seja possível conceber a instauração de processos identitários na língua – seja ela materna ou uma segunda língua –, porque é na língua que está a possibilidade de que haja identificação, já que ela representa para o sujeito a dimensão simbólica. Isso significa que “sujeito e língua estão fortemente imbricados”, como diz Serrani, sendo impossível pensar numa língua exterior ao sujeito e, como tal, passível de ser adquirida (ensinada, analisada) por ele mediante a *estocagem de palavras e de regras de combinação*. É preciso olhar para a língua como um objeto complexo,⁷ material de uma prática pela qual o sujeito fala de si mesmo, de sua relação com o mundo, com o saber, com os outros sujeitos, enfim, pela qual se fala.

Assim, a tomada da palavra é um movimento essencial a ser obser-

vado quando se pensa a relação entre língua(gem)⁸ e identidade, uma vez que esse movimento, longe de ser entendido como a utilização de um instrumento, a língua, por um sujeito intencional, aqui representa o estabelecimento pelo sujeito de um lugar a partir do qual ele se dirá como sujeito, um lugar no discurso. “Quando se toma a palavra, sabemos, “toma-se”⁹ um lugar que dirá respeito às relações de poder, mas, simultaneamente, “toma-se” a língua, que tem um real específico, uma ordem própria” (SERRANI, 1998a, p. 247).

Tomar a palavra é inscrever-se em “traços significantes, interdiscursivos, inconscientes, que se realizam fundamentalmente por metáfora e metonímia que vão constituir o sujeito do discurso, pois [...] é na linguagem que o homem é homem e se defronta com o problema de seu ser” (SERRANI, 1998a, p. 248).¹⁰ Portanto, três conceitos são fundamentais para a compreensão dos processos de identificação e de tomada da palavra: intradiscurso, interdiscurso e alteridade. Ao nos referirmos ao primeiro, fazemos menção ao fio do discurso, ou seja, à dimensão horizontal, linear, do dizer, o que nos leva a considerar, na análise de um discurso o que aquele que o enuncia efetivamente diz em relação ao que disse antes e acabará por dizer depois.

O intradiscurso refere-se, segundo Pêcheux (1997), ao funcionamento do discurso em relação a si mesmo; é a linearização do discurso-transverso, que diz respeito, por sua vez, aos processos de sustentação do discurso, ao modo como se materializa a relação do sujeito com o sentido. No universo intradiscursivo trabalhamos com o fio do discurso, que Pêcheux entendeu como “um efeito do interdiscurso sobre si mesmo”.

Quando passamos a pensar no interdiscurso, voltamos nosso olhar para a campo do pré-construído, do já-dito, saindo da linearidade do dizer para os movimentos nos quais o sujeito, determinado pelas fronteiras da FD em que se inscreve, retorna àquilo que já foi dito para promover a (re)significação desse dizer. É agora para a verticalidade do discurso que olhamos, considerando, desse modo, sua dimensão não linear, as relações estabelecidas por esse dizer em análise com a rede das formações discursivas – já marcadas pela heterogeneidade que as constitui e pelo espaço que consagram às contradições¹¹ que lhe são inerentes – em que está inserido.

Essa ressignificação de que falamos é produzida justamente pelo retorno do sujeito ao pré-construído, ou seja, a uma construção anterior que é constitutiva do sujeito e à qual remete na construção de seu dizer, retorno esse

em que o sentido se produz. Inter e intradiscurso estabelecem entre si uma relação dinâmica, uma vez que representam, respectivamente, o espaço de construção do pré-construído e aquele de sua enunciação por um sujeito.

A consideração do interdiscurso no que nos traz sobre a articulação com um já-dito, com um saber já construído e que é retomado pelo sujeito na formulação de seu dizer, instaurando uma rede de repetições e reformulações, obriga-nos a olhar para o descentramento do sujeito, movimento que faremos ainda com mais força ao considerar a alteridade. Tal conceito, que se encontra no nível do interdiscurso e tem suas origens em Lacan, surgido para explicar a dualidade do sujeito, permite-nos pensar a relação do discurso com aquele que o enuncia. Trabalhar com a alteridade é trabalhar com o sujeito descentrado, um eu que não é uma forma fechada em si, tendo relação com um exterior que o determina. Como não temos mais um sujeito fonte do dizer, capaz de encontrar na linguagem um instrumento de comunicação, veículo de sua intencionalidade, acaba por mudar radicalmente também nossa forma de compreender a subjetividade.

O sujeito não detém mais poder total sobre sua palavra, não a comanda com consciência e intencionalidade, porque está sujeito ao interdiscurso, como

o lugar de constituição do sentido, e também ao inconsciente. Contudo, o sujeito continua sendo palavra e, como disse Bakhtin, toda palavra é habitada pelo discurso do outro.

O sujeito e um lugar de dizer

Como podemos ver, o trabalho do sujeito de encontrar um lugar de dizer e de construir, por meio do discurso, sua identidade é uma tarefa árdua que exige mergulhar no simbólico. Cindido, esse sujeito vive, no entanto, a necessária ilusão de sua unicidade e autonomia (assim como precisa acreditar na evidência do sentido), que é aqui a própria condição do dizer. Pêcheux (1993, p. 163) retorna a Lacan e Althusser¹² para dizer que as evidências nas quais vive o sujeito são efeitos da interpelação ideológica que, no entanto, não pode ser reconhecida por ele, uma vez que se dá sob a forma da autonomia. Pêcheux aproxima-se, assim, da noção de imaginário, que define como o lugar onde se “constitui para o sujeito a relação imaginária com o real”.

Na identificação com a FD¹³ a forma-sujeito “apaga”, por uma incorporação-dissimulação, os elementos do interdiscurso no intradiscurso, fazendo com que ele apareça como o puro já-dito. Por esse processo é que se forma

a identidade do sujeito, como se fosse o resultado da identificação dele com ele mesmo, como se tivesse sido sempre assim e como se o outro não fosse elemento constitutivo e decisivo desse processo. A evidência da identidade apaga para o sujeito o fato de ser ele o resultado de uma entrada no simbólico, que resulta da sua relação com a linguagem.

Mas é justamente essa identificação do sujeito-enunciador com a forma-sujeito, ou sujeito do saber, como se costuma designar, que lhe possibilita assumir um lugar de dizer e, a partir dele, produzir uma ancoragem de sentidos para o seu dizer, produzindo discurso. E é no fio desse discurso que ficam cravadas as marcas dessa trajetória do sujeito.

Ao falar sobre o sujeito no discurso, Grigoletto (2007) trabalha com as noções lugar social e lugar discursivo (os quais seriam ocupados, respectivamente, pelo sujeito empírico e pelo sujeito do discurso). Sem desvincular esses lugares, pelo contrário, mostrando sua relação, a autora faz uma afirmação que, entendemos, vai ao encontro do que tratamos ao abordar a tomada da palavra e que nos serve para pensar como trabalham os sujeitos, imprimindo suas marcas no dizer. Diz ela: “[...] podemos pensar que o lugar discursivo é determinado não só pelo lugar social, mas também pela estrutura da língua,

materializada no interdiscurso. Assim, tanto o lugar discursivo é efeito do lugar social, quanto o lugar social não é construído senão pela prática discursiva, ou seja, pelo efeito do lugar discursivo” (p. 129.)

Para Grigoletto, como categoria de análise, o lugar discursivo estaria no entremeio do lugar social, da forma e da posição-sujeito, fazendo ver que num mesmo lugar discursivo podem trabalhar diferentes posições de sujeito. Entendemos, assim, que a assunção de um lugar discursivo como processo necessário à enunciação deixa margem para que esse sujeito possa oscilar entre diferentes posições de sujeito, mantendo relações diversas com a forma-sujeito da FD à qual se filia.

Para nós, em termos de relação com a língua (e aqui podemos falar tanto em língua materna como em língua estrangeira), a categoria de lugar discursivo aparece como extremamente produtiva, porque pode nos ajudar a compreender como, mesmo oscilando entre diversas posições, um sujeito pode se inscrever na língua para enunciar, para produzir discurso, encontrando nesse lugar discursivo que garimpou um espaço de identificação. Este é, no entanto, maleável, porque capaz de abranger as oscilações desse sujeito no espaço do discurso, atravessado por um imaginário social por vezes diverso e complexo. Arriscando-nos ao erro, po-

deríamos dizer que assumir um lugar discursivo é um estágio anterior para o sujeito, em sua relação com a língua, no sentido de representar para ele o encontro com essa matéria significante por meio da qual o seu discurso ganha corpo e existência. Quando reconhece a forma-sujeito de uma FD, esse sujeito começa a forjar para si um lugar de dizer,¹⁴ embora suas relações com esse sujeito do saber nem sempre sejam as mesmas.

Na palavra escrita: marcas de identidade

Falar em identidade é sempre, portanto, aproximar-se da língua, porque é pela palavra que o sujeito se produz, e, no caso da personagem da escritora chilena, é pela palavra escrita que essa personagem constrói lugares para si no universo social e no discurso. Mas que força têm essas *patitas de mosca*, às vezes minúsculas, de reescrever histórias e inventar caminhos, de construir identidades?

Não é preciso ir longe para perceber o lugar social da escrita. Presente em todos os espaços, infiltrada na vida dos sujeitos, a palavra escrita funciona regrando, ensinando, libertando, dando e tirando existência aos seres, construindo sociedades. Li, certa vez, num artigo que a escrita poderia ser entendida como a luta entre o tempo,

cronos, e *mnemósine*, a memória, que somente pela escrita se tornaria capaz de sobreviver ao efeito devastador do primeiro e, assim, produzir conhecimento, mover a cultura.

Leitura e escrita são mesmo as grandes armas de nossos tempos, tijolos em eterna construção, porque a produção de saber está intimamente ligada a esses dois movimentos sociais e, com ela, a própria construção do sujeito nessa sociedade, sua possibilidade de partilhar do que nela é produzido, de mergulhar nessa engrenagem. E se mover nessa engrenagem, por ela, contra ela, talvez seja hoje um movimento que exige transitar pelo universo da escrita, dizer-se por escrito, legitimar o dizer de si.

Não seria difícil seguir aqui discorrendo sobre o poder da palavra escrita e sua onipotência em nosso espaço, mas é pelas marcas de identidade que ela traz que buscaremos abordar o poder da escrita, começando por pensar que noção de língua nos permite falar nessa relação.

Uma língua de sujeitos e equívocos

Até agora viemos entrelaçando alguns conceitos na tentativa de mostrar que os processos de identificação, por meio dos quais os sujeitos forjam suas identidades, só podem ser pensados

em relação ao simbólico no espaço da língua, que permite a esse sujeito se dizer. Mas qualquer concepção de língua nos permite pensar o sujeito enredado nas tramas desse sistema? Certamente não. Só há espaços para sujeitos e sentidos moventes numa língua que seja não-toda, ou, como nos ensinou Milner, numa língua que comporte o real.

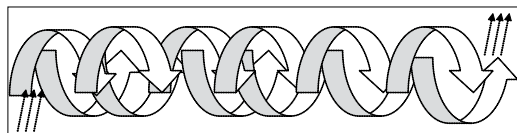
Trabalhar uma noção de língua como essa é o que faz a análise do discurso, proposta que encontramos bem delineada em três formulações de *Semântica e discurso*:

- a defesa de que há uma determinação ideológica para os sentidos (que, longe de ser evidentes, produzem-se a partir da posição ocupada numa formação discursiva por aqueles que empregam determinada palavra ou expressão);
- a compreensão da língua como a base comum para diferentes processos discursivos;
- a definição de processo discursivo como o sistema da relações de substituição, paráfrases, sinônimas, etc. funcionando entre elementos linguísticos – “significantes” – numa formação discursiva dada.

Estamos aqui no rastro de uma proposta feita por Gadet (1978) ao negar a possibilidade de pensarmos a língua afastando dela o que até então se considerava um exterior marginal, em que

se encontravam, certamente, sujeito e discurso. Propunha a autora, então, que, afastando-se desse olhar marcado pelo desejo de cientificidade e que, conseqüentemente, atribui a língua e discurso completude, clareza e unidade, se passasse a pensar as relações entre sintaxe e discurso com base em teorias que pusessem em cena o entrelaçamento de língua, discurso e história.

A tarefa é trabalhar a língua em sua materialidade, produzindo sentidos a partir da relação com um sujeito, ambos atravessados pela historicidade. Longe de se acomodar às certezas que podem ser emitidas a partir da consideração desse duro núcleo sintático que nega a incompletude da língua e faz da exterioridade um dispensável resíduo, o analista, de acordo com Gadet, deveria considerar a inscrição da história e do inconsciente na sintaxe. Por isso, a autora alia-se a Pêcheux e Henry, que tanto pensaram essa imperfeita língua, cindida e porosa, capaz de comportar em seu interior uma inquieta exterioridade. Assim, longe dos círculos, a língua pode ser vista como uma espiral em constante movimento, cujos espaços marcam os lugares de inscrição do sujeito e da história nesse sistema.



Arriscando-nos a uma representação (embora saibamos que não seja a ideal), utilizamos a ilustração acima para tentar representar esse movimento constante da/na língua que cria brechas, que deixa espaços, mostrando uma relação tensa entre interior e exterior, entre estabilidade e instabilidade, entre o poder dizer e a impossibilidade de que tudo seja dito. É assim que entendemos a língua da AD, como aquela que é capaz de acolher o que antes estava apenas em suas margens; uma língua capaz de relações, prenhe de possibilidades de dizer, mas, ao mesmo tempo, incompleta, pois comporta também o impossível.

Sobre essa língua da AD, Ferreira (1996) identifica três movimentos essenciais para se chegar à compreensão da materialidade da língua: o abandono da dicotomia língua/fala, herdada pela linguística de Saussure; a instauração do discurso como o objeto de investigação desta teoria, sendo entendido como dispersão de sujeitos e de sentidos; a aceitação da relação entre língua e discurso como uma relação constitutiva e historicamente determinada.

Assume-se, assim, a existência de um forte elo entre língua e discurso, o qual não os torna, no entanto, indissociáveis, já que, como tanto reforçou Pêcheux, há uma autonomia relativa da língua, embora seja a produção de

sentidos um efeito do encontro entre língua e história. Passamos a trabalhar, desse modo, com uma língua instável e heterogênea; um espaço no qual é permitida a irrupção da contradição, dos deslizamentos, da ambiguidade, movimentos que não precisam mais ser controlados, silenciados, porque são constitutivos dessa língua. A ambiguidade deixa, assim, de ser um problema a ser resolvido para se apresentar como um lugar em que se pode ver a língua fazendo furos, criando o novo; o que era atributo do poético em Saussure passa a ser a poesia¹⁵ de toda a língua.

Na ordem do discurso, o analista assume a existência do real da língua trabalhado por Milner (1987), ou seja, o espaço da falta na língua, aquele lugar no qual a língua falha e que é, portanto, o espaço do desejo na língua e, talvez, onde o sujeito se mostra em toda a sua crueza, onde a língua escapa. A língua é da ordem do não-todo, representado por esse real como um furo que não pode ser suturado, uma lacuna cuja tentativa de preenchimento é sempre uma ilusão, porque a língua foge do todo.

Esse reconhecimento do impossível na língua transforma o que antes era um problema a ser resolvido num objeto de estudo, possibilitando que o olhar do analista se volte para o agramatical, esse resto nada descartável que representa um sentido que desliza. Deixa de

ser necessária a escolha entre um sentido ou outro, porque a aceitação de que são múltiplos os sentidos – e que há, portanto, lugar para outros sentidos – permite que se fale sobre um sentido e outro(s), sobre uma indeterminação dos sentidos cuja especificação só é possível em relação às condições de produção de um dizer.

A consideração do equívoco em relação à prática discursiva permite-nos olhar para os movimentos dos sentidos no trabalho do sujeito com/na língua, vendo como ele se inscreve no discurso por esse trabalho. E é por essa língua passível de ser trabalhada pelos sujeitos que a AD se apaixona, procurando entender o jogo na língua, os movimentos de um sistema atravessado pela falha, constituído pela falta indispensável de que fala Milner, uma falta que denuncia o que lhe é mais íntimo, essa presença ausente sem a qual não se pode compreender o seu modo de existência.

Tais considerações são essenciais quando pensamos em falar discursivamente sobre a escrita, que escolhemos olhar como um espaço privilegiado de construção, pelo sujeito, de uma identidade. Se nos permitimos pensar em uma língua que se deixa atravessar pelo sujeito, mas não se entrega inteira a ele, uma língua resistente, mas que também permite resistência e entrega, que constitui o sujeito à medida que é

trabalhada, podemos pensar a escrita relacionada aos processos de subjetivação do sujeito, os quais implicam a ilusão da liberdade de dizer o que se quer pela letra, mas, também, o que na escrita pode estar na ordem do controle, do cerceamento, da normatização.

Na sintaxe um observatório da escrita

Coracini (2007) lembrou que é possível falar da escrita não apenas como forma de comunicação, mas “abordá-la nas bordas da escrita de si, como forma de se dizer, [...] de nos subjetificarmos”. A autora trabalha, ao falar sobre a escrita em seu artigo, com as contribuições de Lacan, Foucault e Derrida, trilhando dois caminhos que nos parecem extremamente pertinentes ao se falar de escrita: o primeiro, alinhavado por Foucault, da autoria como função jurídica, e o segundo, desenhado por Derrida, para quem “o efeito da subjetividade resulta da experiência da escritura” (CORACINI, 2007).

Inegável é o fato de que a escrita tem uma função social, mais especificamente jurídica, já que é por ela, e somente por ela, que o sujeito se faz reconhecer como sujeito de direito. Mas se a autoria pode ser entendida como uma função jurídica, é preciso manter-se distante da ilusão de que seja trabalho de um indivíduo, origem

do seu dizer. Retomando o que já dissemos sobre o sujeito, só há discurso na heterogeneidade no reconhecimento da cisão desse sujeito que fala atravessado por outros discursos, por outros sujeitos, e que se deixa atravessar pela língua enquanto a materialidade que lhe permite dizer. Como afirma Coracini, a autoria é essencialmente híbrida e, assim como a identidade, de que falamos no início deste trabalho, fruto de uma subjetividade de raízes sociais.

A experiência da escrita tem, assim, de radical para o sujeito o deparar-se com uma subjetividade que vai se desenhando aos seus olhos como marcas de sua própria identidade que literalmente imprime no papel em branco a passagem desse sujeito. Essa passagem, no entanto, está impregnada por outros passos, por outras marcas que ele passa a assumir como suas, porque a construção de um lugar de dizer implica mergulhar numa rede de discursos que será responsável por sustentar o dizer do sujeito.

Poderíamos dizer que, em nossa sociedade, partilhar da escrita é condição de existência e se reconhecer no espaço da escrita, condição de ser sujeito, ou seja, de ser capaz de se dizer pela letra, partilhando do processo de produção do conhecimento e tendo acesso a ele. Assim é que Belisa Crepusculario foge da morte e do esquecimento e constrói para si um lugar social, mergulhando

na escrita, apoderando-se dela, escrevendo para dizer de si e para dizer aos outros, mas também se deixando escrever pelas palavras. Olhar para a escrita do sujeito é, portanto, muito mais do que rastrear erros ou estabelecer normas de criação; é perseguir o sujeito pelas pegadas que ele deixa e compreender a singularidade com que ele se diz.

Mas qual seria o espaço privilegiado para se olhar o sujeito na língua? Como perceber essas marcas que singularizam apesar de serem fruto de um trabalho social, efeito da cultura? Como a língua que ensinamos-aprendemos esconde-revela os sujeitos?

Para nós, todos os estratos da língua guardam marcas do sujeito e de sua forma de se singularizar e, portanto, todo exercício da escrita¹⁶ é, de alguma forma, uma tentativa de encontrar ditos espaços, mas talvez esteja na sintaxe – e no que ela tem de resistente – um lugar privilegiado para se olhar para o sujeito na língua.

Em *Sobre a (des)construção das teorias linguísticas*, Pêcheux trata a língua como espaço de regras intrinsecamente capazes de jogo, como “jogo nas regras, olhando para a sintaxe como aquilo que atinge melhor ao próprio da língua enquanto ordem simbólica [...]” (1998, p. 54). A língua pensada como um corpo atravessado por falhas transforma a sintaxe no lugar privilegiado de aces-

so ao discurso. A sintaxe discursiva não é, assim, o núcleo duro de uma língua cheia de bordas, mas o lugar de inscrição dos sujeitos na ordem da língua. Ela possui uma autonomia relativa e prende em suas tramas as marcas da inscrição dos sujeitos na língua, seu modo de singularizar-se pela repetição da forma, extremamente significativa.

Costumamos dizer que a forma faz sentido. Daí podermos afirmar que as construções sintáticas podem ser vistas como sinais para que possamos compreender os efeitos de sentido que se constroem no discurso, buscando nas intrincadas tramas do tecido sintático de um discurso as brechas por onde o dizer escapa pela formulação; onde o não-dito faz furo e se deixa ver pelo dito; onde o sujeito se mostra pela escritura, fazendo ver o que não deveria ser mostrado, produzindo sentidos que escapam à tentativa de silenciamento.

Para Pêcheux (1998), “os efeitos discursivos atravessam a sintaxe”. Assim como a língua, talvez seja ela também dotada de um real que guarda o seu impossível, que estaria na ordem do agramatical de que queria se livrar Chomsky e que parece ser o mais próprio da sintaxe: (des)estabilizar. A vocação da sintaxe não é ordenar, mas transgredir; é a possibilidade de constantes deslocamentos que a faz tão

particular em cada uma das línguas, uma subversão de que o seu real é condição de possibilidade (DE NARDI, 2005). Não mais um conjunto de regras que determinam para o falante o que é permitido na língua, a sintaxe é uma matriz de possibilidades de dizer, que, atravessada pelo discursivo, aparece para o sujeito como a possibilidade de construir uma escrita, de encontrar o seu lugar na língua, assumir um lugar a partir do qual o seu dizer possa produzir sentido.

Retomando a noção de valor de Saussure, por exemplo, podemos encontrar algo a ser explorado ao se pensar uma sintaxe discursiva, que é o trabalho do valor, simultaneamente, nos eixos da verticalidade e da horizontalidade. Esse encontro entre os dois eixos cria um espaço de intersecção que, entendemos, pode ser muito revelador das formas pelas quais o sujeito se singulariza na língua, já que nos permitiria ver como se dá a linearização do dizer e, ao mesmo tempo, o que dessa linearização aparece como uma forma insistente, um modo de dizer que se perpetua, imprimindo um tom singular a essa escritura. Estaremos olhando, assim, para os modos de inscrição do interdiscurso no intradiscurso e, por esse processo, para os lugares construídos pelo sujeito no dizer. Parece-nos, assim, que é preciso inaugurar um novo modo de olhar a

sintaxe e, com ela, a escrita, tomada como espaço de sua materialização, em especial quando falamos de ensino-aprendizagem de línguas.

O espaço que leitura e produção de textos vêm ganhando nas salas de aula de língua portuguesa e estrangeira é sinal do reconhecimento de que não se tem acesso à língua pelas regras ou esquemas de representação, mas pelos discursos que se materializam nessa língua. Tal reconhecimento é imprescindível quando se pensa em novas propostas de ensino-aprendizagem, mas é preciso que pensemos se o ensino da produção textual não tem sido feito mais no sentido de regramento, de ordenamento, da imposição de modelos de produção, do que como um espaço de observação dos sujeitos.

Os textos que nossos alunos produzem, como qualquer outro trabalho de escrita, são lugares que esses sujeitos constroem para si no circuito do dizer, e nós, educadores, muitas vezes no desejo de “ensinar”, assumimos muito mais o espaço de corretores do que de analistas dessas produções, lugar que certamente nos daria indícios muito mais interessantes sobre como se relacionam com os discursos que os cercam esses sujeitos, que tipo de relação mantêm com essa língua em que escrevem, seja materna, seja estrangeira.

Todo professor que se dedica a olhar a produção escrita de seus alunos reco-

nhece nesses textos as marcas singulares desse sujeito. Tanto é assim que é comum identificar um texto mesmo que não tenha sido assinado pelo aluno. Mas comum é, também, ignorar essa singularidade e fixar nosso olhar unicamente no que há de “errado” com esse texto, com aquilo que nele identificamos como “falhas” a serem corrigidas. Assim, não raro, nesse nosso trabalho de “corretores”, mapeamos os *erros* sem nos preocuparmos com o que nos dizem ou silenciam, ignorando que é na língua que se dá a construção da identidade do sujeito, que história e inconsciente se inscrevem na sintaxe.

Se, como disse Barthes (1987), não se pode atingir nunca um espaço em que o homem e a linguagem possam estar separados, porque ela é constitutiva do ser e, portanto, jamais instrumento utilitário, quando a língua perde os limites da gramática e liberta-se da obsessão de tudo dizer, invadindo os espaços da história e da ideologia e do imaginário, faz-se necessário uma nova postura diante dos procedimentos de análise que a ela são aplicados, como o faz a AD. Contudo, faz-se necessária também uma nova postura diante do ensino-aprendizagem de línguas, tão carente de problematizações, as quais tantas vezes deixamos de lado em busca de confortáveis respostas.

Nosso desafio é, portanto, ao olhar para a escrita como lugar de resistên-

cia, como espaço para dizer e silenciar, dizer ao silenciar, escrever em rasura o que se pode dizer de si e de outro, de sua relação com o outro e os espaços que nos cercam. Talvez essa seja a única forma de ensinar a letra sem pressupor formatar a escrita, reduzindo a incômoda distância que parece haver no espaço escolar entre aquela materna língua com que nos dizemos e essa língua estranha¹⁷ à qual somos apresentados, à qual temos de nos acomodar; língua que tem formas e regras, mas na qual o sujeito não consegue encontrar o seu lugar e com a qual é impossível escrever-se.

Abstract

Identity marks

Starting from a punctual discussion around the concept of identity, we sought to reaffirm the processes of identification and the relationships between subject and language. Marking the role of the symbolic in these processes, we reinforced the necessity of thinking the identity as essentially fragmentary and moving, discussing the subject's work, in his constitution, in the meant of forming a discursive place from which he can enunciate. Recapturing the notion of language of the Discourse Analysis, we are going to look, then, at the writing as a privileged space of

forming social and discursive places, figuring out the syntax as a powerful observatory of the footprints left by the subject in the saying.

Key words: Identity. Writing. Taking the word. Syntax. Teaching

Notas

¹ ALLENDE, Isabel. Dos palabras. In: _____. *Cuentos de Eva Luna*. 10. ed. Barcelona: Plaza & Janés, 1998, p. 14.

² “[...] o sujeito é o nome de algo cujo modo de existir é a elisão, a barra, a abolição, operações pelas quais o sujeito se constitui e se realiza na experiência” (ELIA, 2004, p. 69)

³ Nunca é demais lembrar que, quando falamos em efeito ideológico, estamos falando não de um engano, de um engodo, mas de ilusões necessárias. A ideologia é, em AD, o modo particular como cada sujeito se relaciona com a linguagem e que produz, para ele, o seu lugar no interior do conjunto das formações sociais. Paulo Silveira (1994) retoma as formulações de Althusser para falar de Ideologia, indivíduo, sujeito. Assim, lembra-nos que, para Althusser, a ideologia não tem história, é omni-histórica, é eterna, já que possui uma estrutura e um funcionamento sempre idênticos, que lhe permitem criar evidências e verdades, construindo, assim, uma ancoragem para o dizer do sujeito. A ideologia é um mecanismo de produção dos saberes, processo por meio do qual se constrói o imaginário, já que alude, ainda que de forma imaginária, às condições reais de existência. Não é, portanto, como se só pensar, uma deformação da realidade, mas uma forma de saber que permeia as relações humanas.

⁴ Daí a preferência de se falar, em AD, em processos de identificação em lugar de insistir na noção de identidade, não como forma de negá-la, mas de reforçar seu caráter provisório.

⁵ Cabe lembrar, como muito bem o fez Betty Fuks (2003), que para Freud toda e qualquer atitude do indivíduo em relação ao outro deve ser vista como um fenômeno social. Toda experiência subjetiva se constrói, necessariamente, na relação do sujeito com o outro e com a linguagem,

que o determina simbolicamente, e é, portanto, também, um mergulho no social.

⁶ Sempre é bom insistir no fato de que todo processo de identificação, como o é o assujeitamento, está marcado pela falha; por isso, identidades se ressignificam, acompanhando as movimentos dos discursos e dos sujeitos nos discursos e na história.

⁷ Revuz demonstra com habilidade como é frágil a nossa crença no papel meramente instrumental da língua. Ao tratar dos métodos que partem do princípio de que a língua seria um instrumento a ser aprendido pela criança gradualmente, a autora alerta para o fato de que tais considerações ignoram que, “muitos antes de poder articular o mínimo som, a criança se encontra já imersa dentro de um universo de palavras, e que essas palavras, mesmo que não as possa reproduzir, nem produzir outras a partir delas, não são para ela menos dotadas de significação” (REVUZ, 1998, p. 218). A criança vive, desde a sua primeira respiração, e por que não dizer muito antes disso, envolta pelas palavras: que falam dela, sobre ela para ela. As palavras, segundo entende Revuz, são, ao mesmo tempo, designação de um conceito e um dizer sobre o valor que recebe este conceito no ambiente de sua produção. A língua, portanto, é formadora da nossa estrutura psíquica, elemento com o qual recriamos a nossa relação com o mundo dos sentidos, e essa formação se dá, primeiro e irrefletidamente na língua materna. Assim, a aprendizagem de uma língua estrangeira é momento privilegiado para que o sujeito possa questionar a relação estabelecida entre ele e sua língua. E, se considerarmos o que nos diz Serrani (1998b), também um momento de repensarmos a historicidade pela qual construímos nossa singularidade. Apropriamo-nos aqui da forma utilizada por Serrani para fazer uma dupla referência, falando, simultaneamente, de língua e linguagem.

⁸ Apropriamo-nos aqui da forma utilizada por Serrani para fazer uma dupla referência, falando, simultaneamente, de língua e linguagem.

⁹ Reproduzimos a nota de número 26 que acompanha a citação: “De fato, ao tomar a palavra somos tomados pela língua.”

¹⁰ “Ser, é ser nomeável” (MILNER, 1987, p. 61).

¹¹ É preciso reforçar a importância que tem a aceitação da contradição dentro da teoria discursiva. Já dizia Pêcheux, em *Semântica e discurso* (1997), que a contradição é inerente ao processo

ideológico e suas formas, fazendo-se presente na relação entre interpelação ideológica e identidade. A identidade, tão cara ao sujeito, é resultado de um processo de interpelação-identificação no qual absurdo e evidência se misturam, e que, por sua vez, abriga a falha, trazendo para o interior da formação discursiva sua inerente contradição. (Ver o tratamento dado por Pêcheux (p. 155-57) à noção de *discrepância*.)

¹² Pêcheux (1997, p. 163) retoma Lacan e Althusser pela designação dada a ambos “[...] do processo natural e sócio-histórico pelo qual se constitui-reproduz o efeito sujeito como interior sem exterior [...]”.

¹³ Tomada pela contradição, a FD é também reflexo daquilo que falha, daquilo que na interpelação ideológica acabou por garantir o espaço para o novo, para o diverso. A heterogeneidade das FDs é evidência do fato de que, ainda que esteja inscrito numa rede de memórias e de práticas sociais, todo discurso marca uma possibilidade de desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos, o que resulta na aceitação de que toda identificação é marcada pela falha. E é isso que garante que os discursos sigam a reestruturar-se, fazendo funcionar a tensão entre a estrutura e o acontecimento.

¹⁴ Essa necessidade do sujeito de tomar a palavra para poder dizer, de encontrar um lugar discursivo, nos fez lembrar, em um trabalho anterior, que o ensino de línguas, quando limitado ao estudo do código linguístico, pode até produzir falantes que repetem estruturas, mas jamais sujeitos na língua. Isso porque ser sujeito é poder circular no universo de discurso produzido em uma língua, o que pressupõe mais do que reconhecer traços linguísticos: poder estabelecer relações de sentido.

¹⁵ É muito interessante fazer um retorno aos trabalhos de Jakobson para verificar como em *Linguística e poética* o autor acaba por revelar que a função poética, que se mostra quando a língua se debruça sobre si mesma, está em toda mensagem, não apenas na poesia, sendo, portanto, uma propriedade da língua a capacidade de promover deslizamentos.

¹⁶ É importante lembrar que não só pela escrita o sujeito se produz, mas, numa sociedade *letrada*, em que a letra ou a interdição a ela tanto tem servido de instrumento de exclusão, não nos parece exagerado dizer que a escrita é um espaço privilegiado de se observar essa construção.

¹⁷ Ver mais sobre a questão em: DE NARDI, Fabiele Stockmans. A estranha relação do sujeito com a língua materna: algumas reflexões sobre língua e identidade. In: MITTMANN, S.; GRIGOLETTO, E.; CAZARIN, E. A. *Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

Referências

BARTHES, R. *O rumor da língua*. Lisboa: Edições 70, 1987.

CORACINI, M. J. R. F. (no prelo) Escrita de si, assinatura e criatividade. In: LEANDRO FERREIRA, M. C.; INDURSKY, F. (Org.). não informado, 2008.

DE NARDI, F. S. *Outros dizeres sobre o ensino de segunda língua: um lugar para a tomada da palavra no terreno da opacidade e do real*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

ELIA, L. *O conceito de sujeito*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004 (Psicanálise passo-a-passo, n. 50).

FERREIRA, M. C. L. O estatuto da equivoicidade da língua. In: LIMA, M. S.

GUEDES, P. C. (Org.). *Estudos da linguagem*. Porto Alegre: Sagra: DC Luzzatto, 1996. p. 39-50 (Coleção Ensaaios).

FUKS, B. B. *Freud & a cultura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. (Psicanálise passo-a-passo, n. 19).

GADET, F. La double faille. In: *Actes du Colloque de Sociolinguistique de Rouen*, 1978.

GRIGOLETTO, E. Do lugar social ao lugar discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito. In: INDURSKY, F.; LEANDRO FERREIRA, M. C. (Org.). *Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz, 2007. p. 123-134.

HALL, S. Quem precisa da identidade? In: SILVA, T. T. da. (Org.). *Identidade e diferença*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.

MILNER, J. *O amor da língua*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1997.

_____. Sobre a (des)construção das teorias linguísticas. *Cadernos de Tradução*, Porto Alegre: Instituto de Letras, n. 4, out. 1998. p. 35-55.

REVUZ, C. A língua estrangeira entre o desejo de um outro lugar e o risco do exílio. In: SIGNORINI, I. (Org.). *Lingua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas: Mercado das Letras, 1998. p. 213-230.

SERRANI, S. Abordagem transdisciplinar da enunciação em segunda língua: a proposta AREDA. In: SINGNORINI; CAVALCANTI (Org.). *Linguística aplicada e transdisciplinaridade*. Campinas: Mercado de Letras, 1998a.

_____. Identidade e segundas línguas: as identificações no discurso. In: SIGNORINI, I. (Org.). *Lingua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas: Mercado das Letras, 1998b.

SILVEIRA, P. Ideologia, indivíduo, sujeito. *Cadernos de Subjetividade*, São Paulo: PUC, 1994.

ORLANDI, E. P. *Terra à vista: discurso do confronto - velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez, 1990.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. da (Org.). *Identidade e diferença*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-73.